



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



659

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 318904-4 – 2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE  
JABOATÃO DOS GUARARAPES

Recorrentes: Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA (ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV, C/C ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL). RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGATIVA DE INSUFICIÊNCIA DOS INDÍCIOS DA AUTORIA DELITIVA DOS ACUSADOS PARA A PROLAÇÃO DE UMA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NÃO-ACOLHIMENTO. DECISÃO DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE APOIADA EM INDÍCIOS DE AUTORIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 413, *CAPUT*, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. PROVAS TESTEMUNHAIS CIRCUNSTANCIAIS PERFEITAMENTE ADMISSÍVEIS. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 202 E 203 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ESPECULAÇÕES ACERCA DE INIMIZADES OU INTERESSES ENTRE RECORRENTES, TESTEMUNHAS E VÍTIMA E ALEGADAS CONTRADIÇÕES EM SEUS DEPOIMENTOS INSUSCETÍVEIS DE RETIRAR O CARÁTER PROBATÓRIO OU INDICIÁRIO DE SEUS DEPOIMENTOS. EFETIVO VALOR PROBATANTE A SER APRECIADO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO NÃO PROVIDO, À UNANIMIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA.

1. Como é cediço, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal, para a prolação de uma sentença de pronúncia basta que o juiz reste convencido da materialidade do crime e da existência de meros indícios da autoria delitiva do acusado, eis que, neste momento processual, vige o princípio do *in dubio pro societate*.
2. Considerando que, no caso vertente, a sentença de pronúncia dos recorrentes restou devidamente amparada em prova da materialidade delitiva, consubstanciada na Perícia traumatológica de fl. 92, bem assim em vários indícios da autoria delitiva daqueles, é de se concluir pela sua higidez.
3. O fato de não serem presenciais as testemunhas ouvidas ao longo da instrução criminal de modo algum retira o seu valor indiciário ou probatório, eis que, a teor dos artigos 202 e 203 do Código de Processo Penal, também as testemunhas indiretas ou circunstanciais podem revestir o caráter de prova ou indício.
4. As existência de especulações acerca de inimizades ou de interesses entre os recorrentes, as testemunhas e a vítima, bem assim a alegação de eventuais contradições em seus depoimentos é insuscetível de lhes retirar o seu caráter probatório ou indiciário, cabendo, posteriormente, ao Conselho de Sentença, a apreciação de seu efetivo valor para o deslinde da ação penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 318904-4 – 2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE  
JABOATÃO DOS GUARARAPES

5. Recurso não provido, à unanimidade, mantendo-se, integralmente, a sentença de pronúncia.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Nº 318904-4 – 2ª Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que são partes as acima indicadas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na seção realizada no dia 16/04/2014 por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte integrante do presente julgado.

Recife, 16 de

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



654  
2

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 318904-4 – 2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES**

Recorrentes: Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas** contra a decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes que os pronunciou pelo crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado na forma tentada).

Em suma, aduzem os recorrentes, em suas razões recursais, que os elementos probatórios e indiciários colhidos até então não seriam hábeis a autorizar a prolação de uma sentença de pronúncia, eis que consistiriam em meras suspeitas de sua participação nos fatos em questão (fls. 613/622).

Contrarrazões do Ministério Público referendam a decisão de pronúncia, considerando que a materialidade do crime restou plenamente demonstrada através do Laudo traumatológico de fl. 92 e que existem indícios suficientes de autoria, de modo que eventuais dúvidas acerca dos fatos em discussão, ora interpretadas em prol da sociedade, devem ser posteriormente dirimidas pelo Tribunal do Júri (fls. 635/637).

Parecer da Procuradoria de Justiça opina no sentido de negar provimento ao recurso, eis que existem nos autos indícios suficientes de autoria dos recorrentes, aptos a autorizarem a prolação de uma sentença de pronúncia (fls. 649/652).

É o relatório. À pauta.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



661

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 318904-4 – 2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Recorrentes: Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### VOTO

Como relatado, cuida-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas** contra a decisão que os pronunciou pela prática, em tese, do delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal (homicídio qualificado na forma tentada).

Os recorrentes fundamentam o presente pleito recursal, essencialmente, na inexistência de provas ou indícios de autoria suficientes a amparar a sentença de pronúncia, aduzindo, de início, que nenhuma das testemunhas arroladas pelo Ministério Público e ouvidas em audiência teria presenciado o momento do crime, bem assim que ambas teriam alterado, em juízo, o teor das declarações prestadas em sede policial.

Afirmam, ainda, que as aludidas testemunhas não merecem credibilidade porque teriam interesse na condenação dos recorrentes, e que os depoimentos prestados pela vítima foram contraditórios entre si.

Pois bem.

Como é cediço, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal, para a prolação de uma sentença de pronúncia, basta que o juiz reste convencido da materialidade do crime e da existência de meros indícios da autoria delitiva do acusado, eis que, neste momento processual, vige o princípio do *in dubio pro societate*.

No caso vertente, verifico, precisamente, que além de estar devidamente comprovada a materialidade do crime, consubstanciada na Perícia Traumatológica de fl. 92, existem indícios suficientes acerca da autoria delitiva dos recorrentes, de modo que é perfeitamente hígida a sentença de pronúncia ora impugnada.

A propósito, verifico que os depoimentos da vítima, prestados tanto em sede inquisitorial (fls. 20/23) quanto em juízo (mídia acostada à fl. 553), narram, com segurança, clareza e riqueza de detalhes, as circunstâncias em que os recorrentes teriam lhe agredido e, posteriormente, efetuado vários disparos de arma de fogo em sua direção, causando-lhe ferimentos que, por pouco, não lhe levaram a óbito.

Por outro lado, observo que os depoimentos prestados em sede inquisitorial (fl. 17/19) e confirmados em juízo (mídia acostada à fl. 498) pela testemunha Ademir Vicente da Silva dão conta de que, no dia dos fatos, vários disparos de arma de fogo foram efetuados no local do crime, bem assim que muitas pessoas residentes na comunidade comentavam que os aludidos disparos, dirigidos à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



662

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 318904-4 – 2ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE  
JABOATÃO DOS GUARARAPES

vítima Marcílio Eloi de França, foram efetuados pelos recorrentes Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas, conhecidos por “Liro” e “Sassá”.

Outrossim, a aludida testemunha também relatou que se recorda de, no dia dos fatos, ter presenciado os recorrentes afirmarem, em conversa, que matariam aquela vítima.

No mesmo sentido foi o depoimento prestado em sede policial pela testemunha Margarida França Tenório da Silva (fl. 24), mãe do ofendido, que aduziu ter ouvido os recorrentes afirmarem, em voz alta, que haviam matado o seu filho.

Destaque-se, nesse ponto, que, diferentemente do que asseveraram os recorrentes em suas razões recursais, o fato de não serem presenciais as aludidas testemunhas de modo algum retira o seu valor indiciário ou probatório, eis que, a teor dos artigos 202 e 203 do Código de Processo Penal, também as testemunhas indiretas ou circunstanciais podem revestir o caráter de prova ou indício.

Por outro lado, também a existência de especulações acerca da inimizades entre os recorrentes e as testemunhas ou do interesse destas últimas no resultado do processo é incapaz de destituir o caráter probatório ou indiciário de seus depoimentos, cabendo ao Conselho de Sentença, em fase posterior, julgar o seu efetivo valor para o deslinde da ação penal.

Por fim, as contradições apontadas pelos recorrentes nos depoimentos da vítima, além de não se referirem a circunstâncias essenciais da conduta delitiva, mas meramente incidentais, como a ordem em que foram desferidos os golpes e disparos contra aquela, não lhes retiram o caráter indiciário ou probatório, cabendo, mais uma vez, ao corpo de jurados, a sua detalhada apreciação e valoração na fase posterior do processo.

Assim, tenho que as provas e indícios da autoria delitiva dos recorrentes colhidos até então são suficientes a autorizar a sua pronúncia, nos termos do art. 413, *caput*, do Código de Processo Penal.

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a decisão que pronunciou os recorrentes Luciano Trajano e Alex José Trajano Dantas.

É como voto.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator